



AMAZÔNIA: NOTAS SOBRE HISTÓRIA AMBIENTAL, NATUREZA E BIODIVERSIDADE

Santiago Silva de Andrade¹

Resumo: O artigo discute de que forma a historiografia sobre a Amazônia incorporou o conceito de natureza em suas interpretações, seja de maneira direta - tomando-o como objeto principal de análise -, seja de maneira indireta - articulando-o, como categoria histórica relevante, a abordagens econômicas e sociais diversas. Pretende-se que o panorama aqui construído seja capaz de esclarecer a historicidade dos vínculos entre a biodiversidade amazônica e a construção do território e da sociedade na Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia; História Ambiental; Natureza.

CONTEXTOS DE FORMACIÓN EN UNA PERSPECTIVA SOCIOAMBIENTAL

Resumen: El artículo discute cómo la historiografía de la Amazonía incorporó el concepto de naturaleza en sus interpretaciones, ya sea directamente, tomándola como objeto principal de análisis, o indirectamente, articulándola, como categoría histórica relevante, a diversos enfoques económicos y sociales. Se pretende que el panorama aquí construido pueda esclarecer la historicidad de los vínculos entre la biodiversidad amazónica y la construcción de territorio y sociedad en la Amazonía.

Palabras clave: Amazonia; Historia Ambiental; Naturaleza.

Este texto discute alguns aspectos relacionados à historiografia ambiental sobre a Amazônia, tendo como foco as abordagens sobre o tema da natureza, relacionado a outros objetos de pesquisa e perspectivas de investigação. Serão examinados alguns trabalhos pertencentes ao campo da História Ambiental. O debate incluirá, de forma pontual, análises de obras sobre a história social e econômica da Amazônia que tenham adotado o meio ambiente como variável importante em suas investigações. Não tenho a pretensão de realizar um balanço da produção historiográfica ambiental sobre a Amazônia, pois um esforço desse tipo demandaria um outro tipo de orientação metodológica, diferente da levada a cabo aqui. O objetivo é construir um panorama geral que demonstre como a biodiversidade amazônica,

¹ Realizou estágio pós-doutoral em História Ambiental na Universidad Nacional de Colombia - Sede Bogotá. Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Professor do Departamento de Administração da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, campus de Vilhena.
E-mail: santiago.andrade@unir.br

apreendida em sua historicidade, tem sido fundamental para balizar as análises historiográficas – ambientais, mas também outras - preocupadas com as especificidades das formações societárias naquele território.²

Talvez seja importante enfatizar, logo de saída, o caráter radicalmente histórico dos termos *Amazônia*, *natureza* e *biodiversidade*.

Como qualquer outra palavra ou conceito, eles traduzem um conjunto de significados que só encontram sentido em sua própria contextualização histórica. Por exemplo: o que os portugueses entendiam por Amazônia no século XVII é bem diferente do que entendemos hoje, mesmo fazendo uso da mesma denominação. Naquele contexto, o conceito de *Amazônia* remetia a conteúdos balizados pela experiência da colonização ultramarina, da monarquia portuguesa, dos primeiros contatos com os grupos indígenas e com os ecossistemas amazônicos, etc. Para nós, coetâneos e partícipes de outras experiências históricas, e familiarizados com outras simbologias, a ideia de Amazônia evoca significados cujas especificidades encontram lastro nas determinações da nossa contemporaneidade. É preciso, então, estarmos atentos para a historicidade dos conceitos e das palavras, pois um verdadeiro hiato semântico nos separa do período moderno.

O conceito de *natureza* também tem uma trajetória. Apesar da história da humanidade ser, necessariamente, a história da sua relação com a natureza (ou meio ambiente), "as intervenções no mundo físico que nós podemos hoje chamar de 'ambientais' não eram necessariamente consideradas como tais (...)"³, pois outras formações societárias, especialmente as pré-capitalistas, estabeleceram significados e propósitos que escapam ao que hoje chamamos de ecologia, sustentabilidade e meio ambiente. Foi justamente entre os

² A produção sobre a Amazônia na oficina das Ciências Humanas e Sociais é vasta e referenciada por diversas tradições metodológicas e teóricas. Também são extensos os trabalhos nas áreas da Biologia, da Ecologia, Sociologia, Antropologia e Geografia sobre os ecossistemas do Bioma Amazônia e das interações com diversos grupos sociais. Apesar da multidisciplinaridade ser uma premissa incontornável da abordagem proposta pela História Ambiental, optei - para fins de objetividade e eficácia didática - por não incluir no exame minucioso daquele conjunto mais amplo de trabalhos. Alguns ensaios sobre a historiografia ambiental da Amazônia já foram escritos, mas o tema ainda carece de uma análise sistemática e coesa. Ver CLEARY, David. *Towards an environmental history of the Amazon: from prehistory to the nineteenth century*. **Latin American Research Review**, Vol. 35, No. 2, 2001; RAFLLES, Hugh and WINKLERPRINS, Antoinette M.G.A. *Further reflections on Amazonian environmental history: transformation of rivers and streams*. **Latin American Research Review**, Vol. 38, No.3, 2003.

³ MIGLIETE, Sara and MORGAN, John. Introduction. *Ruling climates in the early modern world*. In: IDEM. *Governing the environment in the early modern world. Theory and practice*. NY: Routledge, 2017, p. 2-3.

séculos XVI e XX, período que igualmente abarca a(s) (re)descoberta(s) e a colonização da Amazônia, que tais conceitos foram construídos e incorporados ao vocabulário científico, econômico e político do mundo ocidental.

Por fim, temos o conceito de biodiversidade. Este, elaborado em período mais recente, passou a fazer parte da discussão científica a partir da década de 1980. Segundo José Franco:

os termos intercambiáveis diversidade biológica e biodiversidade surgiram para dar conta de questões relacionadas com os temas fundamentais da ecologia e da biologia evolutiva, relacionados com a diversidade de espécies e com os ambientes que lhe servem de suporte, ao mesmo tempo que são suportados por ela e que são, simultaneamente, o palco e o resultado – sempre inacabado – do processo evolutivo.⁴

Neste texto, para efeitos didáticos, utilizarei os conceitos de natureza, meio ambiente, e mundo natural como sinônimos, mesmo sabendo que cada um deles é portador de significados que remetem a contextos interpretativos e teóricos específicos, e que exprimem substanciais diferenças entre si. Em nome da clareza e da objetividade argumentativa, porém, optei por abordá-los como termos equivalentes.

Se podemos afirmar, por um lado, que o termo Amazônia evoca um conjunto amplo de referências e representações sobre a natureza e sua relação com as dinâmicas propriamente humanas, não podemos deixar de notar, por outro, que aquelas encontram-se eivadas de tensões e contradições oriundas tanto dos processos concernentes aos desenvolvimentos históricos da atuação antrópica naquele espaço, quanto das interpretações construídas pela teoria social acerca daqueles processos.

Talvez a faceta mais evidente daquelas contradições - mas não a única - seja a poderosa abstração que imprime à ideia de Amazônia um caráter quase mítico: uma sucessão de verdades preconcebidas acerca do seu território, dos seus ecossistemas e das suas populações humanas e não-humanas. O acúmulo de representações discursivas sobre a Amazônia - "paraíso/inferno verde", "eldorado", "pulmão do mundo", "terra sem homens para homens sem terra" etc. - denotam, para além dos imaginários e discursos que se misturam, coexistem

⁴ FRANCO, José Luís de Andrade. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. *História (São Paulo)* v.32, n.2, p. 21-48, jul./dez. 2013, p. 25.

e competem, as múltiplas formas sociais assumidas pelas ondas de ocupação, colonização e exploração daquele território, desde o século XVI até os dias atuais.

Como já notou certa historiografia, tais denominações não são inocentes. Ao mesmo tempo que traduzem as experiências históricas dos grupamentos humanos na Amazônia e das suas relações entre si e com aquele espaço, também tem o condão de mobilizar expectativas, modular os conteúdos políticos e simbólicos daquelas experiências, e balizar as maneiras pelas quais as formas amazônicas de produção econômica expressam a sua legitimidade e justificam a lógica da sua reprodução.⁵

As consequências mais diretas da reprodução acrítica de tais representações podem ser, segundo Slater, Hacht e Cockburn, o apagamento ou o falseamento dos processos históricos concretos, com o obscurecimento das "pessoas e lugares que realmente estiveram lá [na Amazônia]." Além da invisibilização de histórias e trajetórias de pessoas, corremos o risco de promovermos o escamoteamento dos mecanismos de dominação e de poder, como resultado de tais idealizações. Ocultadas as histórias de indígenas, ribeirinhos, descendentes de africanos escravizados e de outros grupos subalternos, está pavimentado o terreno para a mistificação dos mecanismos que regem a reprodução das desigualdades econômicas e das injustiças sociais e ambientais.⁶

Os relatos e as representações sobre a Amazônia tiveram início com a presença dos colonizadores europeus, a partir do século XVI, e não pararam de se multiplicar desde então. Coube a cronistas, viajantes, soldados e religiosos espanhóis introduzir, no imaginário da Europa renascentista e expansionista, as primeiras ideias sobre a região que posteriormente viria a ser chamada de Amazônia. A presença imponente do seu principal rio, o Amazonas, determinou a primeiras escolhas toponímicas dos colonizadores, e acabou por denominar toda aquela região: conhecido como *Marañón* pelos espanhóis, foi chamado de *Santa Maria de la Mar Dulce* por Vicente Yáñez Pizón, em 1500, de *Provincia de Canela*, numa alusão àquele tipo de árvore e à esperança de que fosse possível explorá-la comercialmente, até ganhar o nome de *Rio das Amazonas* após a viagem de Francisco de Orellana, que percorreu

⁵ ROGER, Charlotte. *Mournin El Dorado: literature and extractivism in the contemporary american tropics*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2019.

⁶ SLATER, Candence. *Entangled Edens: visions of the Amazon*. California: University of California Press, 2001, p114. HACHT, Susanna e COCKBURN, Alexander. *The fate of the forest*. 3 ed. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

toda a extensão daquele rio, até a sua foz, entre dezembro de 1541 e agosto de 1542. Sob a pena do frei dominicano Gaspar de Carvajal, membro daquela expedição, registrou-se pela primeira vez a expressão *Rio das Amazonas*, apesar dela ter sido definitivamente incorporada por Gabriel Soares de Sousa, em seu Tratado Descritivo do Brasil, em 1587 (UGARTE, 2003, p. 19). Logo após o retorno de Orellana para a Espanha, em 1543, as notícias detalhadas da sua viagem espalharam-se rapidamente pelas cortes europeias, e passaram a servir de referência para os cartógrafos e para outros europeus que se aventuraram pela região amazônica. Segundo Ugarte "a denominação Rio das Amazonas estava incorporada ao vocabulário dos cronistas desde, pelo menos, a década de 1550." (2003, p. 19) ⁷

Dotados de um conteúdo que misturava pragmatismo, deslumbramento e misticismo, e orientados tanto pela simbologia cristã quanto pela mitologia pagã, os registros e relatos produzidos pelos espanhóis, portugueses, ingleses, franceses e holandeses nos dois séculos iniciais da conquista do território amazônico refletiram o seu choque diante de uma natureza povoada por fauna, flora e homens que em tudo diferenciavam-se dos referentes europeus. O espanto, porém, não impedia que a perspectiva utilitarista-mercantilista se projetasse sobre as potencialidades exploratórias e comerciais oferecidas por um território cortado por vasta rede hidrográfica, habitado por populações conhecedoras de reinos de ouro e por árvores, plantas, insetos, répteis, peixes e mamíferos que prometiam alguma espécie de lucro e prestígio, caso fossem incorporados ao sistema de exploração colonialista ultramarino.

As expectativas sobre a fertilidade dos solos - banhados por abundantes rios e temperados por um clima que em nada lembrava os ares do velho continente – confrontavam-se com os medos suscitados pelos sons, odores e segredos de uma floresta que parecia vigiar cada passo dos recém-chegados europeus. Pássaros, peixes e flores exuberantes colocavam-se lado a lado de animais peçonhentos, de doenças súbitas que rapidamente evoluíam para o óbito, e de frutas e raízes que podiam curar, mas também matar, caso fossem consumidas da maneira incorreta. Se, por um lado, o fantástico e o sublime orientavam a leitura que os colonizadores faziam da natureza amazônica, experimentada em seu mais imediato e real dinamismo, por outro a vivência das complexidades e dificuldades de se desbravar um território completamente desconhecido não demorou a ser negativamente avaliada por

⁷ UGARTE, Auxiliomar. Margens míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. In: DEL, PRIORE, Mary e GOMES, Flávio dos Santos. **Os senhores dos rios: Amazônia, margens e história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

aqueles. A promessa do Éden era traída pelos limites e exigências da organização da vida prática no palco do mundo natural, e o meio ambiente tornou-se, dessa forma, um elemento central nas estratégias e projetos dos Estados colonialistas europeus.

É importante frisar que por mais inédita e surpreendente que se apresentasse aquela natureza aos olhos dos seus pretensos conquistadores, o território amazônico que os europeus encontraram no século XVI já havia passado por grandes modificações geomorfológicas, climáticas, demográficas e ecológicas. A natureza amazônica pré-colonial não era uma tela em branco, sem vida, esperando que a ação dos seus futuros colonizadores atuasse como o *primum mobile* das alterações em seus ecossistemas.

Entre a ocupação territorial na Amazônia pelos primeiros grupos humanos e a chegada dos primeiros europeus, há uma longa história de ascensão e queda de formações sociais e sistemas agrícolas complexos, informada pela constituição de um circuito de trocas de sementes e produtos agrícolas e pelo intercâmbio de saberes coletivos relacionados não apenas ao plantio e ao cultivo daqueles produtos, mas também sobre as diferentes estratégias relacionadas à caça e à pesca entre aquelas sociedades. Tais interações modificaram profundamente a paisagem amazônica e promoveram mudanças no clima, no solo, na vegetação e na paisagem.

Ainda há controvérsias acerca da exatidão do início do povoamento na Amazônia, mas estudos arqueológicos sugerem que a sua ocupação teve início há 12 mil anos, aproximadamente. Por volta de 10.000 a.C., houve uma transição do nomadismo que até então caracterizava a presença dos grupamentos humanos naquela região, para um estilo de vida sedentário, baseado no extrativismo de frutas, na pesca e no cultivo da mandioca e da pupunha. Entre 8.000 e 3.000 a.C. as sociedades amazônicas assistiram ao avanço da produção de cerâmica e domesticação de várias espécies vegetais, em um processo que iria desembocar na constituição formações sociais complexas, baseadas na agricultura e na exploração da biodiversidade do seu entorno. Por volta de 2.500 a.C. :

Os registros arqueológicos apontam para o aumento no tamanho, densidade e duração das ocupações humanas. Para o contexto amazônico, essa nova etapa do desenvolvimento social foi possível através da combinação da exploração de diversos produtos à base de mandioca, no manejo de recursos aquáticos

(principalmente peixes e tartarugas) e na exploração de outros produtos vegetais, com grande peso para diversas espécies de palmeiras e seus frutos.⁸

Alfred Hornborg demonstrou como o estabelecimento de rotas comerciais entre as sociedades indígenas dos Andes, do Caribe e do Llanos de Orinoco proporcionaram um importante dinamismo ecológico, econômico e étnico da Amazônia. Peixes defumados, ouro, sal, conchas, flechas, sementes, tintas, tecidos, óleo de tartaruga e cestas eram alguns dos produtos que circulavam no vasto território da Amazônia pré-colonial. Tais circuitos comerciais levavam aqueles produtos às suas mais diferentes partes, mas também faziam a conexão entre cosmovisões, etnicidades e culturas provenientes das diferentes regiões amazônicas. Punha-se em movimento a natureza, materializada naquilo que a atividade humana dela extraía, mas também se mobilizavam e comunicavam-se representações, ideias e simbologias que davam sentido e significado à biodiversidade historicamente experimentada pelas populações indígena pré-colombianas.⁹

Portanto, a ideia de uma Amazônia selvagem (wilderness), portadora de uma natureza em estado bruto e de uma população tecnologicamente limitada e socialmente subdesenvolvida, e que encontrou na colonização europeia moderna a ação demiúrgica do seu processo civilizacional, definitivamente não corresponde à verdade. Ao invés de reproduzirmos a ideia do "mito prístino" - que postulava a ideia de uma terra intocada e vazia de homens e de cultura, e que tão bem serviu às ideologias ocupacionistas até o século XX - é mais interessante nos apegarmos às interpretações que a historiografia ambiental tem construído sobre o tema. A natureza que a Europa conheceu através dos registros escritos e orais dos seus agentes a partir do século XVI era resultado direto de milhares de anos de ação antropogênica. Os solos, as florestas, o clima e a fauna e amazônicas na era moderna, transformados pela prática de uma agricultura levada a cabo por populações densas, urbanizadas e socialmente complexas, configuravam uma paisagem culturalmente modificada por intensa atividade humana. Sobre a Amazônia pré-colonial, afirmou Erickson:

⁸ LUI, Gabriel Henrique e MOLINA, Sílvia Maria Guerra. Ocupação humana e transformação das paisagens na Amazônia brasileira. **Amazônia. Revista de Antropologia**. São Paulo. Vol. 01, Num. 01, 1999, p. 209.

⁹ HORNBERG, Alf. Ethnogenesis, regional integration and ecology in prehistoric Amazonia. Toward a system perspective. **Current Anthropology**. Vol.06, Num. 04, August-October, 2005.

Evidências de criação, transformação e gestão de paisagens domesticadas (...) e humanizadas na Amazônia incluem: queimadas antropogênicas, assentamentos e paisagens associadas, montes, ilhas florestais antropogênicas (...) Terra Negra Amazônica (...), campos elevados, redes de transporte e comunicação e, gestão da água, gestão da pesca e agrofloresta.¹⁰

Em suma, os ecossistemas amazônicos "longe de serem 'naturais' formaram-se em adaptação às intervenções humanas na paisagem".¹¹

A natureza encontrada pelos europeus no século XVI era, portanto, composta por ecossistemas em constante transformação, em uma dinâmica ecológica que conformava e constrangia as ações humanas, ao mesmo tempo que era resultado das mesmas. Em que pese a avidez e a fantasia que embriavam os relatos dos colonizadores, eles corroboram muito mais a *longa duração* histórica da relação entre homem e natureza na Amazônia, do que o seu imobilismo: os contatos iniciais com as populações da Amazônia revelaram sociedades ribeirinhas capazes de manejar recursos naturais, conhecedoras de técnicas de estoque de alimento, vivendo em estruturas habitacionais sólidas e detentora de saberes e cosmovisões sobre a complexa biodiversidade do seu entorno.

Nas últimas décadas, historiadores ambientais têm investigado as transformações ecológicas e sociais produzidas pela criação de um circuito atlântico de circulação de gentes, plantas, animais e microrganismos, no contexto do avanço colonial do velho sobre o novo mundo na era moderna.

Considerado seminal, o trabalho de Alfred Crosby sobre o impacto da introdução de novos patógenos e de novas culturas agrícolas nas américas demonstrou que a dimensão ambiental dos processos históricos não pode ser reduzida a mero pano de fundo. Elementos não-humanos, invisíveis e visíveis, atuaram com força de *agência histórica* na definição dos resultados da viagem de Colombo, e modificaram os cenários culturais e ecológicos do novo e do velho continentes. Tanto o método de Crosby, incorporando em sua análise a antropologia, a geografia e as ciências naturais, quanto as suas conclusões, enfatizando as

¹⁰ ERICKSON, Clark L. Amazonia: The historical ecology of a domesticated landscape. In: SILVERMAN H. and ISBELL, W. (Eds.) **Handbook of South American Archaeology**. NY: Springer, 2008, p. 165. Sobre o mito de uma natureza prístina, ver DENEVAN, William. The pristine myth: the landscapes of America in **1492**. **Annals of the Association of American Geographers**. Vol. 82, Num. 03, 1992; DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3a Ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

¹¹ CLEARY, David. Op. Cit. P. 80

consequências biológicas da conquista, estabeleceram alguns parâmetros fundacionais da historiografia ambiental a partir da década de 1970.¹²

A historiadora Elinor Meville, por sua vez, demonstrou como a introdução de animais de pasto no ecossistema do Vale do Mezquital, no México do século XVI, promoveu o aceleração da dessecação do solo, limitou drasticamente as práticas agrícolas e pavimentou o caminho para a estruturação da pecuária. Sem desprezar o fator humano nas dinâmicas de transformação ambiental – tais como o desflorestamento e o aumento das áreas de pasto em Mezquital - Meville argumenta que apesar dos habitantes pré-colombianos não viverem exatamente em um estado de puro equilíbrio com a natureza (já perturbada por seus sistemas de irrigação e agricultura), a montagem do sistema espanhol de exploração colonial alterou inteiramente "a relação entre humanos e seu meio ambiente físico. Ao adicionar um elemento completamente novo às dinâmicas de mudança ecológica e social, eles [espanhóis] iniciaram uma revolução ecológica."¹³

O contato dos colonizadores europeus com os biomas das Américas provocou não apenas mudanças nos ecossistemas, climas, regimes alimentares, a circulação de patógenos e outros microrganismos, e o intercâmbio de animais e culturas agrícolas; demarcou, também, os limites de uma nova concepção de homem e humanidade, haja visto que os ameríndios foram imediatamente percebidos como diferentes, e aquela diferença foi racionalizada, na literatura médica, legal e filosófica do velho mundo, como resultante de um pertencimento ao meio ambiente não-europeu. Em outras palavras, as características fenotípicas e culturais dos grupos sociais indígenas, como a cor da pele, a linguagem, e os hábitos alimentares e de higiene, foram associadas às particularidades dos solos, climas, águas e alimentação nas Américas.

Segundo Rebeca Earle, os colonizadores espanhóis estavam convencidos – pelo menos nas décadas iniciais da conquista – de que a manutenção de uma dieta europeia a base de pão, vinho, carne e azeite de oliva seria fundamental para a manutenção da sua saúde física e

¹² CROSBY JR., Alfred W. **The Columbian Exchange**. Biological and cultural consequences of 1492. 30th Anniversary Edition. London: Preager, 2003.

¹³ MEVILLE, Elinor G.K. **A plague of sheep**. Environmental consequences of the conquest of Mexico. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1994, p. 59.

mental, diante das novidades impostas pelo clima e pelos alimentos típicos do meio ambiente americano:

Aqui nós temos vistos muitos homens brancos da Espanha”, advertiu um escritor no século XVII Peru, ‘que, retirando-se para as colinas e comendo milho e outras guloseimas indígenas, voltam tão torrados que se parecem com os índios. Este autor, como muitos outros, acreditavam que os ameríndios tinham se originado no velho mundo e que sua transformação em um povo “torrado” foi o resultado direto de uma dieta de milho e mandioca, juntamente com sua exposição ao ambiente americano. Novos alimentos, tanto quanto os novos climas, representavam uma ameaça fundamental para o corpo. Alimentos familiares forneciam o meio mais seguro de defesa.¹⁴

Decadência e degeneração raciais apareciam, na ótica dos colonizadores, como consequências diretas da interação descuidada com a recém-descoberta natureza dos trópicos que se apresentava como paradisíaca e economicamente promissora, mas, outrossim, como profundamente hostil e indômita. A manutenção de um regime alimentar europeu nas colônias prometia não apenas a manutenção da integridade corporal dos conquistadores, mas também representava a imposição de uma determinada forma de se relacionar com a natureza americana, associada à civilização - em oposição à selvageria das florestas do novo mundo – e à preservação de um modo de vida visto como superior: branco, cristão e europeu. Nesse sentido, a demarcação das novas fronteiras ambientais, territoriais e econômicas na América colonizada fez-se acompanhada da criação de marcadores raciais baseados, em parte, nas expectativas e projetos que os europeus estabeleceram sobre e para o meio ambiente no novo mundo.¹⁵

O que se pretende enfatizar aqui - em consonância com as proposições mais recentes da historiografia ambiental - é que a experiência da colonização, especialmente nos trópicos, impôs às metrópoles europeias uma reconfiguração radical das suas noções científicas, filosóficas e teológicas de natureza e humanidade. Ao mesmo tempo que se estabeleciam os circuitos comerciais atlânticos entre África, Ásia, Américas e Europa, desenvolviam-se novas classificações, apreciações e juízos sobre a presença dos colonizadores nas colônias e o

¹⁴ EARLE, Rebecca. Climate, travel, colonialism in the early modern world. In: MIGLIETI, Sara e MORGAN, John. **Governing the environment in the Early Modern World**. Theory and Praticce. New York: Routledge, 2017, p.29.

¹⁵ EARLE, Rebecca. **The Body of the Conquistador**. Food, race and the colonial experience in Spanish America, 1492-1700. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

impacto daquela expansão em seu meio ambiente e em suas gentes. Como afirmou Richard Grove em sua obra fundamental:

Assim, da mesma forma que a expansão europeia implicou a abrangência de vastos territórios sob o jugo econômico europeu, ela também deu lugar a um vasto novo domínio mental. A expansão daqueles domínios proporcionou e facilitou o crescimento do comércio, mas também estimulou um troca de experiências e ideias sobre o meio ambiente que progressivamente se tornaram complexas e globais em seu escopo, assim como o comércio e o domínio coloniais se tornaram globais em seu alcance. As ilhas tropicais, entretanto, permaneceram cruciais como foco daquelas ideias.¹⁶

É a partir do século XIX que as representações sobre a Amazônia ganharam mais robustez e relevância, e foram incorporadas aos projetos de Estado e Nação que, após 1822 durante todo o século XX, desenharam-se sob a pena de estadistas e intelectuais ligados ao Estado brasileiro. A tarefa de governar um país de dimensões continentais impunha ao Estado monárquico o desafio de conhecer, documentar e sistematizar as características biofísicas daquele território, com o duplo intuito de integrá-las ao domínio econômico e político das suas elites, e de definir os delineamentos das suas fronteiras, que pareciam se apagar nas vastidões das florestas e rios da região norte.¹⁷

A biodiversidade amazônica entrou no cálculo da economia capitalista global, definitivamente, na última quadra do século XIX. A "demanda [do mercado mundial] pela borracha (...) desencadeou uma corrida precipitada para as florestas da bacia amazônica", segundo Corey Ross, e abriu caminho para o aprofundamento das formas de exploração do trabalho e da natureza na Amazônia. Entretanto, a prospecção sobre as potencialidades econômicas daquele território antecedeu a sua entrada no circuito global do comércio do

¹⁶ GROVE, Richard H. **Green Imperialism**. Colonial expansion, tropical islands Edens and the origins of environmentalism, 1600 – 1860. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 476.

¹⁷ Como demonstrou José Pádua, uma parcela das elites intelectuais do Brasil oitocentista já produzia uma reflexão crítica sobre alguns problemas ambientais, informada pela herança do pensamento ilustrado europeu do século XVIII. PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1796 – 1888). Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

látex, e desde o começo do século XIX especuladores, aventureiros, engenheiros e cientistas empreenderam viagens para o norte do Brasil.¹⁸

Parte daquele grupo, notadamente os britânicos e estadunidenses, procurava "mapear o vasto desconhecido território, buscando por qualquer produto que eles pudessem reivindicar, incluindo a borracha"; outros interesses, porém, também se faziam presentes: comissões para a construção de estradas de ferro, incursões científicas relacionadas às discussões sobre raça, natureza e teologia, negociações internacionais sobre o envio de libertos norte-americanos para a Amazônia, dentre outros elementos, compuseram o cenário fervilhante que colocava, mais uma vez, a natureza amazônica no centro dos debates intelectuais e políticos, nacionais e internacionais.¹⁹

A partir da segunda metade do século XIX, houve um esforço por parte da monarquia brasileira em promover um avanço em direção às fronteiras do norte brasileiro. Após um conturbado período de guerras civis e rebeliões - algumas de cunho separatista - a consolidação da integridade territorial e a estabilidade política e econômica se impunham como necessidades urgentes, optando as elites políticas da corte pela implementação de mecanismos e instrumentos de controle estatal, na Amazônia. Estavam em jogo o controle das fronteiras e sua defesa, a incorporação do potencial econômico amazônico ao circuito nacional e a promoção da ideia de que civilização e ordem deveriam agir sobre os "espaços vazios" e "selvagens" do território nacional. Segundo Pádua:

O Estado monárquico (...) assumiu e politizou a situação tropical do território, afirmando-se como única força civilizatória capaz, em termos de uma agenda positiva, de representar condignamente sua grandeza, manter sua unidade e promover a extração crescente de seus recursos. E também, em termos de uma agenda negativa, de domesticar os aspectos mais selvagens de sua natureza e de sua população (em grande parte indígena e africana), conter os excessos de sua condição primitiva e garantir sua incorporação ao mundo civilizado (...).²⁰

¹⁸ ROSS, Corey. **Ecology and Power in the age of empire**. Europe and the transformation of the tropical world. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 101. Para uma perspectiva global sobre a borracha, ver TULLY, John. **The Devil's milk: a social history of rubber**. NY: Monthly Review Press, 2011.

¹⁹ TUCKER, Richard P. **Insatiable appetite**. The United States and the ecological degradation of the tropical world. Plymouth: Rowan and Littlefield Publishers inc., 2007, p. 115.

²⁰ PÁDUA, José Augusto. Natureza e sociedade no Brasil monárquico. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. **O Brasil imperial**, Vol. III: 1870 - 1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p 358. Ver também NUNES, Francivaldo Alves. A Amazônia e a formação do Estado imperial do Brasil: unidade do território e expansão de domínio. **Almanack**. Guarulhos, n.03, p.54-65, 1º semestre de 2012. Um importante estudo sobre o contexto histórico do Brasil imperial e o seu papel nos processos de modernização e inovação tecnológica é o livro de CRIBELLI, Teresa. **Industrial forests and mechanical marvels: modernization in the nineteenth-century Brazil**. NY: Cambridge University Press, 2016.

Cabe aqui, justificadamente, uma breve observação sobre como alguns historiadores tem investigado, no contexto da Amazônia do século XIX e numa chave ambiental, temas como a escravidão africana – com suas formas de resistência, como fugas e aquilombamentos - as revoltas e rebeliões dos grupos subalternizados, a cultura dos descendentes de escravizados e libertos, e as formas de solidariedade, conflito e organização dos trabalhadores ribeirinhos.

Ponto de referência na historiografia sobre a escravidão africana na Amazônia, a tese do historiador Eurípedes Funes abordou, de forma precursora, a relação entre as comunidades quilombolas do Pará e o seu entorno ambiental, atribuindo à natureza um papel importante nas suas formas de resistência e de reprodução social. Memória, identidade e cultura, desenvolvidos no cotidiano quilombola dos rios e das matas e sustentados por atividades agrícolas e extrativistas, eram, assim, conformadas pela biodiversidade amazônica.²¹

Os trabalhos de Claudia Leal e Oscar De la Torre versam sobre o papel do mundo natural da Amazônia na construção das formas de identidade e de organização social de africanos escravizados e seus descendentes. Embora tratem de contextos geográficos diferentes – Leal investigou as comunidades afrodescendentes na costa do Pacífico colombiano e De la Torre concentrou-se em comunidades quilombolas no Pará - ambas as pesquisas se apoiam na ideia de que o meio ambiente amazônico foi fundamental para a construção das ideias de liberdade, autonomia e direitos dos escravizados, libertos e seus descendentes. Fazendo uso dos conceitos de "environmental creolization" (crioulização ambiental) e "racialized landscapes" (paisagens racializadas), Oscar De la Torre e Claudia Leal estabeleceram parâmetros analíticos e metodológicos extremamente importantes para o estudo de uma história ambiental da escravidão africana na Amazônia. Como afirmou Leal, a noção de "paisagens racializadas pode ter amplo uso para além das planícies do Pacífico, pois

²¹ FUNES, Eurípedes. **Nasci nas matas, nunca tive senhor**: história e memória dos mocambos no baixo Amazonas. Tese de Doutorado. 2 vols. PPGHIS/USP, 1995.

ela chama a atenção para a conexão entre meios ambientes humanizados e grupos sociais racializados no passado e no presente."²²

A tese de doutoramento de Davi Avelino Leal propõe uma análise do mundo do trabalho dos atores sociais ribeirinhos, em suas manifestações conflitivas de resistência e de reivindicação de direitos, no contexto do rio Madeira, nas últimas décadas do século XIX e começo do século XX. Explorando as disputas relacionadas ao uso dos recursos naturais entre os diversos grupos e lógicas econômicas que ocuparam aquele espaço, Leal conseguiu construir um quadro onde o meio ambiente protagoniza, de forma articulada a outros elementos, a constituição de uma formação social no interior da Amazônia.

Nos últimos anos, a historiadora Magda Ricci tem se dedicado a entender como os agentes históricos envolvidos na Cabanagem - movimento contestatório que ocorreu no Pará entre 1835-1840 – estabeleceram os seus horizontes e expectativas a partir da sua experiência com a natureza da Amazônia. O seu trabalho enquadra-se dentro de todas as premissas de uma análise histórico-ambiental, e estabeleceu, ao meu ver, um novo patamar na discussão dos movimentos populares na Amazônia oitocentista.²³

Nas últimas décadas, historiadores profissionais – ambientais e de outros campos, brasileiros e estrangeiros – conduziram investigações que se mostraram bastante profícuas, no que diz respeito à relação entre natureza e sociedade na Amazônia. Da história intelectual e das representações à história da escravidão africana, a natureza amazônica passou a figurar como elemento portador de força estruturante dos processos históricos. Os exemplos que seguem não têm a pretensão de compor o rol totalizante da produção sobre a História Ambiental na Amazônia, mas apenas exemplificar a delimitação de um quadro otimista para as análises historiográficas ambientais sobre aquela região.

²² LEAL, Claudia. **Landscapes of freedom. Building a postemancipation society in the rainforest of western Colombia**. Tucson: The University of Arizona Press, 2018, p. 228; DE la TORRE, Oscar. **The people of the river: nature and identity in black Amazonia, 1835-1945**. Chapel Hill: University of Carolina Press, 2018. Para um contexto diferente, mas também com incontornáveis sugestões teórico-metodológicas para o tema, ver CARNEY, Judith. **Black rice: The African origins of rice cultivation in the Americas**. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

²³ RICCI, Magda. A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: O outro lado de uma revolução (1835-1840). In: MOTTA, Márcia (Org.) ; ZARTH, Paulo. A.. (Org.). **Formas de resistência camponesa. Visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história..** 1ed.São Paulo: UNESP, 2008. Ver também a palestra proferida por Ricci, intitulada "Interpretando os movimentos dos cabanos: entre as tomadas das vilas e o viver na natureza amazônica (1835-1840)" em <https://www.youtube.com/watch?v=2omuihyCYwM>

Um dos marcos daquela historiografia é, indubitavelmente, o livro de Warren Dean sobre a borracha na Amazônia. Inovador em método, interpretação e conclusões, *A luta pela borracha no Brasil*, publicado aqui em 1989, inverteu os termos de um debate que até então se apoiava, de forma geral, nas análises econômicas sobre o lugar do Brasil na configuração do capitalismo global e sobre o papel das classes sociais e dos seus conflitos nos "ciclos" da extração do látex. Para Dean, a chave para a compreensão dos problemas postos pela economia da borracha estava no estudo atento das "condições ecológicas de produção", numa perspectiva que punha a biodiversidade dos sistemas agrícolas tropicais no centro da discussão.²⁴

Os trabalhos dos historiadores Wesley Kettle e Kelerson Costa, por seu turno, somaram valiosas contribuições à historiografia ambiental sobre a Amazônia. Kettle realizou exaustiva pesquisa sobre os impactos que a experiência do contato dos colonizadores portugueses com a natureza amazônica, no século XVIII, produziu sobre o pensamento ilustrado lusitano. Kellerson Costa optou por um recorte temporal mais amplo (1616-1920) e, de maneira igualmente rigorosa, analisou a relação entre homem e natureza na Amazônia a partir de suas variadas dimensões (espacial, moral, epistêmica e histórica). Para além dos óbvios méritos de ambas as teses, registremos que a natureza amazônica ocupa lugar de agência histórica em suas análises, transformando as sociedades e as suas formas de organização e representação, ao mesmo tempo em que é transformada, tanto do ponto de vista material e ecológico, quanto da perspectiva simbólica.²⁵

O caráter determinante da fluvialidade do território da Amazônia também tem sido objeto de investigações. Preocupados com as articulações entre o mundo social, político e econômico e os fluxos, sistemas e bacias hidrográficas, algumas investigações têm apontado para a centralidade dos rios e dos seus subsistemas ecológicos em diversos aspectos da formação socioespacial amazônica. Como enfatizado por Raffles e Antoinette, os rios e os seus

²⁴ DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil**: um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989, p. 27.

²⁵ KETTLE, Wesley Oliveira. **Ciclopes e profetas no vale Amazônico**: visões de natureza no tempo das demarcações (1750-1799). Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2015; COSTA, Kelerson Semerene. **Homens e natureza na Amazônia brasileira**. Dimensões (1616-1920). Tese de Doutorado em História. Brasília: PPGHIS/UnB, 2002.

afluentes na Amazônia foram modificados por ação humana desde o período pré-colonial, da mesma forma que os ecossistemas terrestres.²⁶

O livro de Victor Leonardi - um dos mais belos esforços interpretativos sobre a história ambiental da Amazônia - analisa a centralidade das características biofísicas e sociais do rio Jaú, afluente do rio Negro, na estruturação das atividades extrativistas dos grupos sociais que habitaram aquela região, e na construção e queda da cidade de Airão, no atual estado do Amazonas, entre os séculos XVI e XX.²⁷

Marlon Fiori e Christian dos Santos analisaram a presença dos colonizadores portugueses na Amazônia moderna, e demonstraram que as configurações específicas da sua biodiversidade, principalmente aquelas relacionadas às diferenças entre a fauna europeia e a amazônica e à pobreza do solo para a agricultura, levaram os europeus a buscarem, na rede hidrográfica, outras formas de sustento, como tartarugas e peixes. Em seu livro, ambos demonstram os grupos indígenas e os portugueses viram transformadas as suas técnicas e tecnologias concernentes à pesca e a extração de recursos naturais, bem como as suas formas de conhecimento sobre o assunto, durante o processo de colonização do território da Amazônia.²⁸

O historiador Francisco Bento da Silva abordou, a partir da perspectiva da História Cultural, as representações e memórias sobre o Acre do começo do século XX, enfatizando como a natureza desempenhou papel fundamental nas imagens e narrativas sobre aquele território.²⁹

²⁶ RAFFLES, Hugh and WINKLERPRINS, Antoinette M.G.A. Op. Cit. Ver também GARNERO, Gabriel. Un estudio histórico de rios: una propuesta teórica-metodológica. In: URQUIJO, Pedro S.; LAZOS, Adi E.; LEFEBVRE, Karine (eds.) **Historia ambiental de América Latina. Enfoques, procedimientos y cotidianidades**. México: Universidad Autónoma de México, 2022. Uma obra de referência nessa discussão, apesar de não necessariamente se enquadrar em uma historiografia ambiental, é LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios. Conflito, natureza e cultura na Amazônia**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

²⁷ LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios. Natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Paralelo 15, 2013.

²⁸ FIORI, Marlon Marcel e SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. **A carne, a gordura e os ovos: colonização, caça e pesca na Amazônia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

²⁹ SILVA, Francisco Bento da. **Acre, formas de olhar e de narrar: natureza e história nas ausências**. Rio Branco: Nepan, 2020.

Ao incorporar o mundo natural ao mundo do trabalho e da política - numa totalidade que existe, de fato, integrada³⁰ - os exemplos da historiografia aqui citada demonstram dois aspectos: 1) a História Ambiental, muito mais do que ser apenas uma nova área na oficina dos historiadores, contém um *princípio de método* que não pode ser desprezado ou minimizado nas análises sobre os processos históricos, e que pode ser articulado à outras abordagens e problemas; 2) a História Ambiental permite a elaboração de respostas eficazes contra interpretações dualistas sobre a Amazônia, que opõem natureza e cultura, selvageria e civilização, e que atribuem ao meio ambiente amazônico características ora de determinação absoluta, ora de passividade completa.

É importante ressaltar que a historiografia brasileira das primeiras décadas do século XX também atentou para o papel do meio ambiente na formação social brasileira. Apesar de não poder ser propriamente chamados de "ambientais", trabalhos como o de Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre realizaram análises relevantes sobre o papel das condições naturais do território na construção da sociedade brasileira: Freyre, em seu *Nordeste*, ocupou-se de relacionar fatores ecológicos a elementos sociais, para compreender como a natureza também balizou a formação da sociedade e da paisagem açucareiras no nordeste do Brasil; por sua vez, a Caio Prado não passou despercebido o papel do meio ambiente nas determinações estruturais envolvidas na exploração econômica colonial; por fim, temos o magistral estudo de Sérgio Buarque sobre o papel preponderante da natureza no avanço dos bandeirantes pelo interior do país e na construção de uma cultura material resultante daquele processo.³¹

No começo do século XX, duas obras tiveram grande peso na consolidação da ideia de uma natureza amazônica que constringia e limitava os avanços civilizatórios, e que agia – mesmo assumindo, por vezes, uma roupagem edênica - como força contrária ao

³⁰ "Não é a unidade do ser humano vivo e ativo com as condições naturais, inorgânicas, do seu metabolismo com a natureza e, em consequência, a sua apropriação da natureza que precisa de explicação ou é resultado de um processo histórico, mas a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, uma separação que só está posta por completo na relação entre trabalho assalariado e capital." MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 401.

³¹ Ver DUARTE, Regina Horta. "Com açúcar, com afeto": impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre. **Tempo [online]**. 2005, vol.10, n.19, pp.125-147; FREYRE, Gilberto. **Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967; PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3a ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

desenvolvimento social, econômico e humano da região. Escritos um contexto intelectual e político marcado pela sobreposição de determinismos raciais e geográficos, "O Inferno Verde" (1908), de Alberto Rangel, e "À Margem da História" (1909), de Euclides da Cunha apresentavam uma Amazônia infensa à história, com uma natureza que implacavelmente projetava a sua constituição biofísica - águas, florestas, clima, animais e grupos humanos "não civilizados" - contra as obsessões civilizatórias das elites brasileiras.³²

Para ambos os autores, a materialidade ecológica da Amazônia dissolvia as referências culturais, apequenava as orientações espaciais e subjugava a técnica daqueles que se aventurassem em seu território:

A terra punha-se, assim, em contínua sublevação contra as forças que permitiriam a construção de sociedades, acumulação dos feitos humanos e seu progressivo melhoramento, os vínculos entre as gerações, a regularidade e a constância dos esforços civilizadores. Pelo contrário, acreditava-se que a natureza amazônica fazia-se e desfazia-se continuamente, sem que pudesse ser percebido qualquer sentido histórico naquela progressão tumultuária. Para o escritor [Euclides da Cunha] prova disso era que todos os esforços de colonização de região (...) haviam se mostrado desde cedo infrutíferos, o que expressava simbolicamente o caráter instável do território e sua força de desagregação.³³

A partir da década de 1930, impulsionados pelos desdobramentos econômicos e políticos da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, ganharam força novos projetos voltados para a colonização dos sertões brasileiros. Estavam envolvidos, naquele processo de "Marcha para o Oeste", elementos relacionados ao avanço da fronteira agrícola, à valorização de símbolos nacionalistas associados ao território, e à ideia de que, finalmente, era chegada a hora da modernização da país, com a definitiva incorporação dos "selvagens" que habitavam o norte e do centro-oeste brasileiros.³⁴

É bem verdade que, antes disso, expedições científicas-militares já haviam iniciado um processo de mapeamento da natureza e dos povos indígenas dos "sertões" do Brasil. Porém,

³² HACHT, Susanna B. **The scramble for the Amazon and the Lost Paradise of Euclides da Cunha**. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

³³ MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 153.

³⁴ DUTRA E SILVA, Sandro. **No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil central**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017; GARFIELD, Seth. **A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a marcha para o Oeste e os índios Xavante**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

os estudos – sob a ótica do governo federal - da realidade amazônica e das suas potencialidades, bem como dos problemas referentes ao uso pragmático daquelas se avolumaram a partir da segunda metade do século XX e deram a tônica das contínuas tentativas de colonização daquele território, a partir da década de 1950.³⁵

O processo de modernização do país, pugnado pelo Estado brasileiro a partir dos finais de década de 1930, era ambicioso. Para o rápido desenvolvimento dos "vazios demográficos" do território nacional, preconizava-se a implementação de grandes obras de infraestrutura, incentivos a agricultura e a migração e estratégias de intervenção estatal nos mecanismos de promoção econômica. Tais premissas e perspectivas aprofundaram-se com o golpe empresarial-militar de 1964, e a ditadura que se seguiu àquele iniciou um processo agressivo de avanço e controle sobre o território da Amazônia.

Entre as décadas de 60 e 80, a Amazônia passou por transformações sem precedentes. Essas transformações manifestaram-se principalmente na construção de hidrelétricas, rodovias e barragens, na constituição do seu espaço como nova fronteira do agrobussines brasileiro, no aprofundamento da mercantilização da terra, no incentivo a deslocamentos populacionais (principalmente das áreas rurais mais pobres do sul e sudeste), e na exploração de minérios.

A institucionalização do meio ambiente amazônico pela tecnocracia estatal na ditadura militar foi parte constituinte de um projeto mais amplo, que envolvia , entre outras coisas, a manutenção da posição hegemônica de certos setores da burguesia nacional, a transformação da Amazônia em uma fronteira de commodities agrícolas, a homogeneização - pelo viés do nacionalismo desenvolvimentista - das representações sobre a natureza brasileira e a modernização autoritária das modalidades de exploração do mundo natural, a partir da lógica do capital multinacional e associado.

A literatura científica sobre a Amazônia contemporânea é vastíssima. Além disso, boa parte desses estudos aborda, de forma direta ou tangencial, os temas dos recursos naturais, dos ecossistemas e da biodiversidade amazônicas. Se tomarmos o campo da História Ambiental como referência *per si*, entretanto, o escopo se afunila, e sobressaem-se alguns

³⁵ A respeito das missões científicas e os sertões, ver TRINDADE, Nísia. **Um sertão chamado Brasil**. 2a ed. São Paulo: Hucitec, 2013; SANTOS, Rita de Cássia Melo. **No coração do Brasil**: a expedição de Edgard Roquette-Pinto à Serra do Norte. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2020.

trabalhos historiográficos. Mais uma vez, ressalto que o propósito aqui é apenas ilustrar os avanços da História Ambiental sobre a Amazônia, e não realizar uma análise do conjunto total da produção.³⁶

Seth Garfield realizou investigação sobre a Amazônia no contexto da II Guerra Mundial. Para o brasilianista, os projetos, debates e posicionamentos geopolíticos sobre o território amazônico refletiram os embates e as disputas de vários grupos, brasileiros e estrangeiros, sobre o controle dos seus recursos naturais.³⁷

A tese de doutoramento de Iane Batista demonstra como a modernização estatal da Amazônia entre as décadas de 1950 e 1980, tanto em seus projetos quanto na execução dos mesmos, objetivou instrumentalizar a natureza da Amazônia, apagando a sua história e substituindo-a pelas ideias de desenvolvimento econômico, investimento, progresso e integração nacional.³⁸

O tema das barragens e hidrelétricas também foi abordado por historiadores ambientais. Nathalia Oliveira analisou a construção da barragem de Tucuruí, no estado do Pará, no contexto da ditadura militar brasileira. Projetada para ser a maior barragem do mundo em ambiente tropical, Tucuruí mobilizou sentimento e representações contra os desequilíbrios ecológicos e contra as injustiças ambientais que a sua edificação representaria.³⁹

As narrativas sobre a natureza da Amazônia sempre se fizeram acompanhar de curiosas e engenhosas considerações sobre as supostas riquezas ali adormecidas, como se o mito do Eldorado se reinventasse a partir das especificidades de cada contexto histórico. As tentativas de integração da região à dinâmica dos circuitos mercantis mundiais - intensificadas a partir do século XVIII e consolidadas, efetivamente, a partir do final do século XIX -

³⁶ Para um balanço da bibliografia sobre a Amazônia ver DRUMMOND, José Augusto. Recursos naturais: meio ambiente e desenvolvimento na Amazônia brasileira: um debate multidimensional. **Hist. Ciências e Saúde. Manguinhos**, Vol. 06, setembro de 2000.

³⁷ GARFIEL, Seth. **In search of the Amazon: Brazil, United States, and the nature of a region**. Durham: Duke University Press, 2013.

³⁸ BATISTA, Iane Maria da Silva. **A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985)**. Tese de doutorado. PPGHIS/UFPA, 2016.

³⁹ OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. **Historiciser les barrages en Amazonie brésilienne: environnement, conflit et politique dans la planification et la construction de Tucuruí (1960-1985)**. Thèse de doctorat de l'Université Paris-Saclay préparée à l'Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, Paris, 2019.

estabeleceram as bases e estimularam as imaginativas representações não apenas sobre a pujança amazônica, mas também sobre as modalidades mais adequadas para a sua exploração.

As transformações na biodiversidade amazônica, postas em movimento pelas reiteradas ocupações do seu território e por sua progressiva incorporação ao circuito capitalista global, evidenciam as consequências e os impactos ecológicos da ação humana sobre o meio ambiente. Verificou-se, também, o inverso: a *agência* do mundo não-humano sobre as estruturas sociais, políticas, econômicas e epistemológicas antrópicas que se projetavam sobre a Amazônia.

Os projetos de construção do Estado brasileiro, desde as suas bases coloniais até a sua coetaneidade republicana, sempre incorporaram a Amazônia como elemento basilar das suas estruturações materiais e geopolíticas. Nesse sentido, os significados e papéis atribuídos à sua natureza e aos seus recursos, à composição dos seus povos e gentes, e ao sentido que o seu devir histórico deveria assumir - submetido quase sempre ao uso pragmático e "racional" das suas potencialidades econômicas - articularam-se em um conjunto de discursos sucessivamente construídos aos longos dos séculos, em torno de três eixos em comum: raça, história e natureza.

A Amazônia, com toda a sua complexidade, não foi apenas o cenário estático e colorido das atividades coloniais: existiu, acima de tudo, como elemento ativo de interação social e determinação histórica, definindo - em conjunto com outros fatores - políticas de Estado, formas de organização das cidades, sistemas agropecuários, estratégias de rebeldia e resistência de grupos subalternizados, dentre outros processos.

Talvez seja interessante pensarmos a escrita da História Ambiental da Amazônia como uma espécie de contra-história das impossibilidades atribuídas à composição biofísica do seu território e às características culturais dos seus povos. Historiadores - uma parte deles citados neste texto - já demonstraram que as paisagens tropicais do novo mundo resultaram de constantes interações históricas entre seus ecossistemas e diversos grupos humanos, evidenciando que, na verdade, a ideia de uma biodiversidade selvagem e prístina "esconde a

sua artificialidade atrás de uma máscara que é cativante porque parece natural.", como afirmou William Cronon.⁴⁰

Nesse sentido, fazer uso das premissas metodológicas e teóricas da historiografia ambiental poderia significar um antídoto contra algumas persistentes representações que, ainda hoje, opõem natureza e história, e que ignoram as determinações múltiplas e complexas entre as interações humanas e não-humanas e o seu papel na formação da Amazônia.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Iane Maria da Silva. **A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985)**. Tese de doutorado. PPGHIS/UFPA, 2016.
- COSTA, Kelerson Semerene. **Homens e natureza na Amazônia brasileira**. Dimensões (1616-1920). Tese de Doutorado em História. Brasília: PPGHIS/UnB, 2002.
- CARNEY, Judith. **Black rice: The African origins of rice cultivation in the Americas**. Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- CLEARY, David. Towards an environmental history of the Amazon: from prehistory to the nineteenth century. **Latin American Research Review**, Vol. 35, No. 2, 2001;
- COCKBURN, Alexander. **The fate of the forest**. 3 ed. Chicago: University of Chicago Press, 2011.
- CRIBELLI, Teresa. **Industrial forests and mechanical marvels: modernization in the nineteenth-century Brazil**. NY: Cambridge University Press, 2016.
- CRONON, William. The trouble with wilderness; or, getting back to the wrong nature. In: CRONON, William (ed.). **Uncommon ground. Rethinking the human place in nature**. New York: Norton: 1996.
- CROSBY JR., Alfred W. **The Columbian Exchange**. Biological and cultural consequences of 1492. 30th Anniversary Edition. London: Preager, 2003.
- DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Nobel, 1989.
- DE la TORRE, Oscar. **The people of the river: nature and identity in black Amazonia, 1835-1945**. Chapel Hill: University of Carolina Press, 2018.

⁴⁰ CRONON, William. The trouble with wilderness; or, getting back to the wrong nature. In: CRONON, William (ed.). **Uncommon ground. Rethinking the human place in nature**. New York: Norton: 1996, p. 69.

- DENEVAN, William. The pristine myth: the landscapes of America in **1492**. *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 82, Num. 03, 1992.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3a Ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- DRUMMOND, José Augusto. Recursos naturais: meio ambiente e desenvolvimento na Amazônia brasileira: um debate multidimensional. *Hist. Ciências e Saúde. Manguinhos*, Vol. 06, setembro de 2000.
- DUARTE, Regina Horta. "Com açúcar, com afeto": impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre. *Tempo [online]*. 2005, vol.10, n.19
- DUTRA E SILVA, Sandro. **No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil central**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- EARLE, Rebecca. **The Body of the Conquistador**. Food, race and the colonial experience in Spanish America, 1492-1700. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- _____. Climate, travel, colonialism in the early modern world. In: MIGLIETI, Sara e MORGAN, John. **Governing the environment in the Early Modern World**. Theory and Practice. New York: Routledge, 2017.
- ERICKSON, Clark L. Amazonia: The historical ecology of a domesticated landscape. In: SILVERMAN H. and ISBELL, W. (Eds.) **Handbook of South American Archaeology**. NY: Springer, 2008.
- FIORI, Marlon Marcel e SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. **A carne, a gordura e os ovos: colonização, caça e pesca na Amazônia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- FRANCO, José Luís de Andrade. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. *História (São Paulo)* v.32, n.2, p. 21-48, jul./dez. 2013.
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- FUNES, Eurípedes. **Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos no baixo Amazonas**. Tese de Doutorado. 2 vols. PPGHIS/USP, 1995.
- GARFIELD, Seth. **In search of the Amazon: Brazil, United States, and the nature of a region**. Durham: Duke University Press, 2013.
- GARNERO, Gabriel. Un estudio histórico de rios: una propuesta teórica-metodológica. In: URQUIJO, Pedro S.; LAZOS, Adi E.; LEFEBVRE, Karine (eds.) **Historia ambiental de América Latina. Enfoques, procedimientos y cotidianidades**. México: Universidad Autónoma de México, 2022.
- GROVE, Richard H. **Green Imperialism**. Colonial expansion, tropical islands Edens and the origins of environmentalism, 1600 – 1860. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- HORNBERG, Alf. Ethnogenesis, regional integration and ecology in prehistoric Amazonia. Toward a system perspective. *Current Anthropology*. Vol.06, Num. 04, August-October, 2005.

KETTLE, Wesley Oliveira. **Ciclopes e profetas no vale Amazônico**: visões de natureza no tempo das demarcações (1750-1799). Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2015;

HACHT, Susanna B. **The scramble for the Amazon and the Lost Paradise of Euclides da Cunha**. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3a ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

LEAL, Claudia. **Landscapes of freedom. Building a postemancipation society in the rainforest of western Colombia**. Tucson: The University of Arizona Press, 2018

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios. Natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Paralelo 15.

LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios. Conflito, natureza e cultura na Amazônia**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LUI, Gabriel Henrique e MOLINA, Silvia Maria Guerra. Ocupação humana e transformação das paisagens na Amazônia brasileira. **Amazônia. Revista de Antropologia**. São Paulo. Vol. 01, Num. 01, 1999.

MEVILLE, Elinor G.K. **A plague of sheep**. Environmental consequences of the conquest of Mexico. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1994.

NUNES, Francivaldo Alves. A Amazônia e a formação do Estado imperial do Brasil: unidade do território e expansão de domínio. **Almanack**. Guarulhos, n.03, p.54-65, 2012.

MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e sociedade no Brasil monárquico. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. **O Brasil imperial**, Vol. III: 1870 - 1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1796 – 1888). Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. **Historiciser les barrages en Amazonie brésilienne**: environnement, conflit et politique dans la planification et la construction de Tucuruí (1960-1985). Thèse de doctorat de l'Université Paris-Saclay préparée à l'Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, Paris, 2019.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RAFLES, Hugh and WINKLERPRINS, Antoinette M.G.A. Further reflectios on Amazonian environmental history: transformation of rivers and streams. **Latin American Research Review**, Vol. 38, No.3, 2033.

RICCI, Magda. A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: O outro lado de uma revolução (1835-1840). In: MOTTA, Márcia (Org.) ; ZARTH, Paulo. A.. (Org.). **Formas de resistência camponesa. Visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história..** 1ed.São Paulo: UNESP, 2008.

ROSS, Corey. **Ecology and Power in the age of empire**. Europe and the transformation of the tropical world. Oxford: Oxford University Press, 2017.

SLATER, Candence. **Entangled Edens**: visions of the Amazon. California: University of California Press, 2001.

TRINDADE, Nísia. **Um sertão chamado Brasil**. 2a ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

TUCKER, Richard P. **Insatiable appetite**. The United States and the ecological degradation of the tropical world. Plymouth: Rowan and Littlefield Publishers inc., 2007.

TULLY, John. **The Devil's milk**: a social history of rubber. NY: Monthly Review Press, 2011.

SANTOS, Rita de Cássia Melo. **No coração do Brasil**: a expedição de Edgard Roquette-Pinto à Serra do Norte. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2020.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, formas de olhar e de narrar**: natureza e história nas ausências. Rio Branco: Nepan, 2020.

UGARTE, Auxiliomar. Margens míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. In: DEL, PRIORE, Mary e GOMES, Flávio dos Santos. **Os senhores dos rios**: Amazônia, margens e história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.